

A segregação residencial como estratégia da produção do espaço urbano de Goiânia

***Érika Munique de Oliveira¹ (PG); Marcelo de Mello² (PO)**

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), rika.munique@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis (GO).

Resumo: Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada: Entre Morar e Habitar: Da Segregação Materializada à Formação de uma Centralidade na Região Noroeste de Goiânia. A pesquisa encontra-se em andamento, portanto, os resultados apresentados estão sendo produzidos, podendo ser alterados no final da pesquisa. Neste trabalho, evidenciamos o papel do Estado como um dos agentes responsável pela produção do espaço urbano, considerando sua atuação frente aos interesses do sistema econômico vigente. Em seguida, avaliamos as ações oficiais que sustentaram o movimento segregador em Goiânia a partir de 1934, momento que os projetos de urbanização estavam sendo pensados, para dar início à construção da cidade. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar as contradições presente na produção do espaço urbano de Goiânia, com ênfase nas políticas urbanas elaboradas para disciplinar o uso do solo urbano entre as camadas sociais.

Palavras-chave: Goiânia. Espaço Urbano. Estado. Segregação Residencial.

Introdução

A produção do espaço urbano é pautada no acesso e na restrição de direitos e deveres inerentes à vida nas cidades. O entendimento da natureza política desta desigualdade é fundamental para os que almejam desvelar as formas e os conteúdos presentes nas ações sociais e nos processos espaciais responsáveis pela produção do espaço urbano.

Os interesses distintos são grafados no espaço urbano, revelando as contradições inerentes a uma sociedade segmentada e desigual. Tal contradição avança por todas as culturas e classes sociais e é resultado da luta por melhores condições de vida na cidade, atrelada aos meios de produção que requerem melhores localizações para sua expansão.

Esses pressupostos fizeram com que Corrêa (2000, p.12-31), se preocupasse com a identificação dos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano desigualmente produzido, são eles:

- a) Os proprietários dos meios de produção: São proprietários de indústrias, comércios, que necessitam de terrenos grandes e baratos para o desenvolvimento da produção. Suas ações na produção do espaço estão diretamente ligadas, a uma localização específica para o desenvolvimento das atividades;
- b) Os proprietários fundiários: São proprietários de fazendas, seus interesses estão pautados em obter maior renda fundiária de suas propriedades, seja para fins de uso comercial ou residencial. Seu papel na produção do espaço está vinculado na conversão da terra rural em terra urbana, expandindo assim a cidade, à medida que o valor da terra urbana passa a ser maior que a rural;
- c) Os promotores imobiliários: São indivíduos provenientes de vários segmentos. Na produção do espaço estes agentes, atuam na oferta de imóveis na cidade.
- d) O Estado: Seu papel na produção do espaço é identificado através das políticas urbanas implantadas na cidade, como rede de infra-estrutura, obras públicas, elaboração de leis e normas do uso do solo urbano, outra vez pela influência exercida sobre outros agentes sociais, em que o Estado pode vir atuar como promotor imobiliário na construção de casas populares, outras vezes por reservas fundiárias para construção no futuro. Desta forma ele não só está produzindo o espaço, como interfere na dinâmica da ação dos demais agentes que também são produtores do espaço.
- e) Os grupos sociais excluídos: Esses agentes são indivíduos que possuem condições mínimas de sobrevivência, sem renda suficiente para pagar um aluguel, acabam por ocupar coletivamente terrenos baldios, desocupados próximo ao centro da cidade que, anteriormente, eram privilegiados. Estes agentes também atuam na produção do espaço urbano, ocupando áreas distantes e não urbanizadas na periferia da cidade.

Neste trabalho, destacaremos apenas um destes agentes: O Estado. Este, em conjunto com os interesses do capital incorporador, foi responsável pela produção do espaço urbano de Goiânia, bem como de práticas segregadoras no seu espaço intra-urbano.

Material e Métodos

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizamos revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos que discutem a produção do espaço urbano, bem como a segregação residencial, em um contexto geral, verticalizando para a realidade goiana. Em seguida, fizemos levantamento de informações por meio do banco de dados da Biblioteca da Prefeitura de Goiânia (SEPLAN), para análise do movimento segregador no espaço urbano goianiense.

Resultados e Discussão

Um dos principais atores responsáveis pelo “ordenamento” urbano é o Estado. Ele teria como função: planejar, elaborar e cumprir as leis urbanas, garantindo a responsabilidade social do solo urbano. Mas ele acaba representando os interesses das grandes corporações, legalizando o processo de apropriação diferencial do solo urbano, com base no interesse dos proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários: no curso de suas ações, o Estado promove processos segregadores por meio das normas que ditam o uso do solo urbano¹. Isto indica o curso de suas ações pautadas no atendimento das necessidades do capital.

Em Goiânia, a participação do Estado foi fundamental para que a segregação não se materializasse por acaso. As terras onde seriam erguidas o sítio urbano da nova capital pertenciam aos fazendeiros locais; que inicialmente doaram parte dela para que o Estado pudesse construir a cidade capital, buscando futura valorização da outra parte de suas propriedades com o crescimento da cidade; outras foram adquiridas pelo poder público por meio da compra.

“Essas medidas fizeram com que o Estado conseguisse se transformar no maior proprietário fundiário das futuras terras urbanas, sobretudo no que tange à área do plano urbanístico e de expansão da cidade” (MORAES, 2006, p.178). Mais adiante veremos que essas ações converteram em projetos de especulação por parte do Estado em conjunto com os especuladores imobiliários.

¹ Atualmente, este processo é sustentado por discursos sobre a “necessidade” de parcerias público/privadas.

Para se ter acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). O preço é a expressão de seu valor [...] isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social. O mercado será o elo, os seus mecanismos determinarão a garantia de acesso à propriedade privada, pela possibilidade de pagamento do preço da terra (CARLOS, 2011, p.48).

As palavras de Carlos (2011) colocam em evidência as contradições presentes na promoção da terra urbana, especialmente em Goiânia. Tal contradição avança no momento que o Estado tornou-se grande especulador de loteamentos na cidade capital, em 1934.

A partir desse período, as políticas de urbanização foram direcionadas apenas para os primeiros funcionários públicos em Goiânia. Foram construídas 130 casas para funcionários federais e estaduais, dentre os feitos, destacam: doações de lotes, financiamentos, contratação de empresas para construção das casas. Além disso, aqueles que tivessem residência própria na cidade capital recebiam aumento salarial, Mota (2004).

Em contrapartida, migrantes vindos principalmente das regiões: Norte e Nordeste para a construção da Capital não receberam a mesma atenção do poder público. Estes passaram a residir em áreas não urbanizadas da cidade, em “ranchos precários” pelo regime de mutirão; outros ocuparam as margens do contorno da área urbanizada e planejada, (WILHEIM, 1969); (MOTA, 2004); (GOMES, 2007).

Nos anos de 1950, Goiânia aumentou significativamente sua população urbana, devido principalmente, a migração de Minas Gerais e da Bahia pelo desenvolvimento de atividades comerciais. Essa corrente migratória revela a expulsão das populações campesinas ou de pequenas cidades em busca de trabalho e residência, Wilhelm (1969).

Desse modo, entre (1950 e 1960) a cidade capital já possuía 65.813 domicílios, dos quais 30% constituíam de invasões e construções clandestinas. Esses efeitos colaterais são sentidos a partir do instante que o Estado permite à especulação imobiliária controlar o uso do solo urbano. Sobre essa questão Gomes (2007, p.35) escreve:

Até 1950 o Estado exercia o monopólio na venda de lotes e consequentemente determinava o ritmo e a direção do crescimento em

Goiânia [...] a partir do referido ano a iniciativa privada, assume também a responsabilidade na comercialização dos terrenos e a propriedade privada da terra ganha, então, significado maior na produção de lucro e na acumulação do capital.

Nesse momento, percebe-se que grande parte da responsabilidade do Estado em garantir o acesso ao solo urbano à população é repassada para os agentes imobiliários. A comercialização da terra urbana em Goiânia e os problemas sociais ocasionados por esse problema é refletida com a segregação residencial das camadas populares de menor poder aquisitivo, formando bolsões de pobreza e situação de extrema desigualdade social. Segundo Gomes (2007):

O solo urbano tomado como mercadoria é uma das variáveis que comporta a expansão urbana que, em Goiânia, ocorreria deixando vazios territoriais para futura valorização [...] Ao se expandir desta maneira, o espaço urbano goianiense caracterizar-se-ia por enormes contradições, tendo de um lado um centro planejado e bem equipado, onde vive uma população abastada detentora do poder econômico e, de outro, uma periferia subequipada e desassistida, fruto da segregação, em que as camadas carentes encontram o lugar para suas moradias.

A “valorização” diferenciada do solo urbano em Goiânia é parte de uma estratégia espacial da maximização do lucro pelos agentes imobiliários, na medida em que é transferida pelo Estado a responsabilidade de distribuição da terra urbana, os agentes imobiliário se apropria do solo urbano para dar continuidade à extração da mais valia.

Neste cenário, políticas de habitação social foram pensadas para conter as ocupações irregulares que ameaçavam a estrutura urbana da cidade capital. Dentre elas, destaca-se o plano Integrado de Goiânia (PIDG). O plano Integrado de Goiânia ²foi elaborado em 1969, pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm. Dentre as medidas do plano destaca-se a elaboração da carta da habitação de Goiânia que tinha como intuito:

- a) Convênio com as instituições COHAB, CAIXEGO, BNH, INOCOOP, para o estabelecimento de critérios gerais de localização;
- b) Utilizar as construções habitacionais como força indutora de desenvolvimento da cidade neste ou naquele sentido;

² Este foi um dos três planos diretores de Goiânia, sendo o segundo plano oficializado e aprovado pela Lei nº 4523, de 31 de dezembro de 1971, que determina organização de loteamentos e remanejamentos em Goiânia.

- c) Desenvolvimento do espírito do mutirão e a criação de barreiras para servir de bloqueio à expansão urbana;
- d) Prioridades em pavimentação em coordenação com um novo sistema de transporte coletivo.

Tais medidas tinham como intuito equilibrar os aspectos negativos da expansão urbana, inclusive, o comércio indisciplinado de loteamentos. Assim, os conjuntos habitacionais foi uma das principais ações desenvolvidas para direcionar a expansão urbana da cidade a partir de 1971.

Em contrapartida, as ações não foram suficientes para amenizar as ocupações irregulares, uma vez que as ocupações cresceram em várias locais da cidade, de forma espontânea e desorganizadas; já que o preço dos loteamentos impedia o acesso de todos os grupos sociais. Essas ações marcam o contexto da produção e expansão do espaço urbano de Goiânia.

Considerações Finais

A segregação residencial é uma das marcas do espaço urbano produzido no bojo do sistema capitalista. Uma de suas características é a alocação famílias em lugares destituídos de serviços e equipamentos públicos. Parte representativa da população segregada, não está inserida em relações de emprego formalizadas, apresentando dificuldades para a manutenção de sua existência.

Neste contexto, é comum a busca de alternativas para os deslocamentos imprescindíveis para a manutenção da vida no sistema capitalista. Em Goiânia, a segregação residencial foi institucionalizada nas primeiras iniciativas pautadas na construção da cidade-capital. O fato da cidade ter sido planejada não isentou problemas com ocupações irregulares e exclusão daqueles que buscavam se instalar nas áreas urbanizadas, isso ocorre porque a preocupação do poder público foi garantir à ocupação da cidade por aqueles com maior poder aquisitivo.

Por outro lado, a implantação de políticas habitacionais na década de 1970 serviu primordialmente os interesses do Estado, comprometido com o capital imobiliário. Medidas que estabeleceu limites de ocupação do solo urbano, segregando espacialmente a população e abrindo caminhos para uma expressiva expansão urbana marcada por ocupações irregulares.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela preciosa vida, ao meu orientador Prof. D^o. Marcelo de Mello pelas orientações e à Universidade Estadual de Goiás pela Bolsa de Pós-Graduação Stricto Senso, onde pude dedicar exclusivamente a esta pesquisa.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza (Org). **A cidade e seus lugares**. In: GOMES, Rui Rocha. Goiânia Desigual e Segregadora. Goiânia: E. V., 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000. HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

LIMA, Leandro Oliveira de. **A Metropolização e o Mercado Imobiliário**: análise da produção do espaço a partir dos condomínios de chácaras da RMG. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás, IESA, 2014.

MELLO, Marcelo de. **Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, IESA, 2009.

MOYSÉS, Aristides (coord). **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: UCG, 2005.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004. SOUZA.

MOTA, Juliana Costa. Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: USP, 2004.

Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PLANO de Desenvolvimento Integrado de Goiânia 2000. Goiânia: Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura Municipal de Goiânia, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

WILHEIM, Jorge. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Editora SAGA. Volume 11. 1969.